

A SECA E O HOMEM: Políticas anti-migratórias no Ceará

Frederico de Castro Neves *

Desde 1877, as freqüentes migrações dos homens pobres do campo preocupam as autoridades e as elites do Ceará. Durante as secas, a cidade de Fortaleza, pela condição de capital, sofre com maior impacto estas repetidas "invasões" de retirantes famintos, maltrapilhos e, por vezes, revoltados, que afrontam a agitada e vaidosa vida urbana moderna com sua triste aparência e com suas súplicas. Desde então o quadro se repete em quase todas as cidades de porte médio, sem que as medidas amenizadoras empregadas pelas autoridades surtam efeitos de longo prazo. O homem pobre do campo continua, a despeito da modernidade, expulso de suas terras pela total incapacidade de sobreviver, de reproduzir-se na sua exígua segurança alimentar, em períodos de crise climática.

Estas medidas são (de uma certa forma, até hoje) pensadas segundo a lógica de que, para combater a seca, é necessário acumular água: a chamada "solução hidráulica" que remonta aos tempos do Império. As estruturas de sobrevivência dos camponeses sertanejos jamais foram pensadas em sua fragilidade crônica, em termos de uma brutal concentração de terras e de recursos d'água.

O objetivo deste pequeno artigo é descrever e analisar as formas através das quais a sociedade enfrentou este problema,

que variaram de um espanto inicial a uma tentativa de controle sistemático, até uma política de disciplinarização do homem do campo. O que poderemos concluir, talvez, é que, vista sob o prisma das ações empreendidas pelo Estado, a chamada "questão da seca", tão alardeada pelos políticos e pelos meios de comunicação como o grande obstáculo ao desenvolvimento desta área do Brasil, não é uma simples "questão" de combater os efeitos das secas, mas de como manter o controle sobre essas massas de homens pobres que migram periodicamente em tempos de crise, devido à desestruturação de sua frágil economia de subsistência.

O Espanto

A seca de 1877 foi a primeira a se constituir como um fenômeno social a afetar e mobilizar o conjunto da sociedade cearense.

Até então, a irregularidade pluviométrica era enfrentada pela população rural através dos mecanismos característicos das relações paternalistas que predominavam no campo, conectados ao sistema de produção de subsistência que desenvolviam. Esse sistema garantia ao camponês, no máximo, um patamar de "segurança alimentar" extremamente precário e ins-

tável, frágil diante das intempéries; frágil econômica e politicamente, pois era a esta fragilidade que as relações de poder vigentes estavam atadas indissolúvelmente. As secas desmantelavam o precário equilíbrio econômico, colocando os camponeses à mercê da "proteção" dos proprietários de terras, única alternativa de refúgio ante a inclemência da natureza. Um sistema de trocas, ou de "favores", se constituía, assim, nestas áreas: deferência e submissão x proteção em tempos difíceis.

A proteção mencionada consistia não somente no acolhimento dos desafortunados sem teto, mas principalmente na concessão de terras férteis para onde os camponeses pudessem se deslocar e, enquanto durasse a seca, reproduzir o seu precário sistema de subsistência. A migração, por este período, pouco atingia as grandes cidades, como Fortaleza ou Aquiraz, pois os retirantes ocupavam outras terras livres, podendo trabalhar para si e para os seus, graças ao favor dos grandes proprietários, que exerciam desta forma sua caridade cristã.

Esse sistema, no entanto, se viu em crise a partir da metade do século XIX. Transformações políticas, econômicas e sociais trouxeram novas formas de pensar as atividades produtivas e o uso da terra. De modo geral, estas transformações afetaram estas migrações em tempos de secas

em, pelo menos, dois aspectos.

Em primeiro lugar, a Lei de Terras de 1850 conferiu à terra um valor monetário jamais visto, estimulando a ganância de proprietários e de oportunistas de todo o tipo, acenando com a possibilidade de lucros rápidos. O "fechamento" das terras do Ceará aconteceu quase imediatamente. Este fato, por si só, já fez diminuir a área passível de ser ocupada periodicamente pelos migrantes da seca, limitando as suas possibilidades de sobrevivência autônoma.

Em segundo lugar, por esta mesma época, o crescimento da agricultura comercial, especialmente do algodão, ampliou as áreas ocupadas por plantações voltadas, principalmente, para o mercado externo. Na década de 1870, com a Guerra Civil nos EUA, a produção algodoeira do Ceará sofreu um considerável incremento, reduzindo cada vez mais as terras disponíveis, como uma espécie de "reserva", para o exercício da proteção paternalista e caridosa dos grandes senhores de terras.

Estes dois fatores, combinados, fecha-

ram as portas às migrações do tipo costumeiro, colocando os camponeses diante de um abismo que a seca de 1877 tornou visível para toda a sociedade. Sem a proteção da "reserva" de terras e com a crise geral das atividades agrícolas tradicionais, inviabilizando a proteção direta através do acolhimento (muitos médios e até alguns grandes proprietários também perderam as suas terras), a ruína dos camponeses foi rápida e cruel e - agora sim! - Fortaleza se viu invadida pela primeira vez por retirantes esfomeados. Segundo contemporâneos bem informados, 100 mil "invasores" ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes. Cenas impactantes aterrorizaram os provincianos cidadãos da capital: roubos, prostituição, suicídios, assassinatos, antropofagia, mendicância...

A reação das autoridades e da população urbana foi de perplexidade! Sem planejamento, surpresas, as autoridades bus-

cavam meios de manter os retirantes fora da cidade, seja em obras públicas na periferia (como a estrada de ferro de Baturité) ou seja embarcando-os para a Amazônia. Inútil. A chegada diária dos retirantes impressionava pela miséria e pelo deplorável estado de saúde. A luta pela sobrevivência foi levada aos extremos e a caridade dos particulares foi incapaz de conter a onda migratória e muito menos de amenizar a situação dos que chegavam à Fortaleza.¹ Os "abarracamentos", concentrações espontâneas dos retirantes, eram visitados por senhoras caridosas e por médicos diligentes, procurando evitar, sem sucesso, a expansão das epidemias; a varíola, somente em um dia, matou mil pessoas.

De fato, ao final da década de 1870, já poucos escravos restavam na província e os que viviam no campo muitas vezes aproveitaram a desorganização para fugirem ou foram mesmo libertados por seus senhores, que não tinham mais como sustentá-los durante a seca. Durante a seca, transitavam de um lado ao outro do estado, vivendo de pequenas artimanhas

Foto: Arquivo CEM



ou trabalhos ocasionais. No entanto, nas obras públicas, pensadas de momento para "ocupar" os retirantes, o sistema de trabalho era quase escravo. A tentativa das autoridades era, apenas e tão-somente, desafogar a pressão sobre a capital.

Nas secas que se seguiram (1889 e 1900), a situação se repetiu. Apesar de uma significativa redução dos números, os camponeses chegaram em grandes levas à capital, esperando serem assistidos em suas carências mais elementares; a resposta é, também, a mesma: permissão para os "abarracamentos", caridade particular e pública, obras nas periferias, etc. Pouco aconteceu, nestas primeiras secas, em termos de um planejamento "racional" para prevenir os efeitos ou impedir as migrações. Estas, para as autoridades, permaneciam como uma resposta "natural" à fome, impermeável a qualquer previsão ou controle.

Todavia, esta postura caridosa e contemplativa diante das migrações sofreu uma inflexão importante em 1915. Nova seca, novas invasões, a cidade se vê mais uma vez refém da miséria dos retirantes. Agora, porém, uma diferente estrutura de sentimentos se desenvolvia no panorama urbano de Fortaleza.

Dois fatores a considerar.

Em primeiro lugar, uma intensa remodelação urbana, orientada pelo signo estético do "aformoseamento", transcorria na cidade, que passa a valorizar os parques públicos bem cuidados, as ruas bem calçamentadas, o Theatro José de Alencar, as construções em estilo moderno, modos de vestir e falar mais comedidos e comportamentos mais adaptados a uma cultura refinada e européia. A cidade se tornava um novo espaço público, com o qual as elites mantinham uma relação mais estreita, mais cuidadosa, mais ciosa de suas responsabilidades para que o progresso pudesse encontrar seus suportes materiais e humanos e a civilização finalmente se estabelecesse nesta região "afastada" do Brasil.

Em segundo lugar, uma história recente de conflitos urbanos aterroriza as autoridades cearenses. Afora os desajustes provocados pelo aumento da criminalidade durante as secas, dois eventos políticos de importância sacodem a capital, transfor-

mando-a no centro e no palco de lutas nunca vistas. Em 1912, a derrubada do Presidente Nogueira Accioly contou com a presença iracunda das multidões urbanas a derrubar postes de iluminação, a incendiar bondes elétricos e a arrancar as pedras das ruas geometricamente traçadas. "Nada respeitaram os bárbaros", horrorizou-se o cronista Rodolfo Teófilo. Em 1914, a chamada "Sedição de Juazeiro" coloca os jagunços armados às portas de Fortaleza, dispostos a saquear e matar, como haviam feito nas cidades vizinhas, como Pacatuba e Maranguape, abençoados pelo Padre Cícero e liderados pelo Coronel Floro Bartolomeu.

Um patrimônio urbano importante, que merecia ser preservado, não poderia ficar à mercê dos conflitos e das atitudes "incivilizadas" dos pobres.

O espanto diante dos primeiros contatos com os efeitos migratórios da seca foi substituído, em 1915, pela necessidade de manter o controle sobre a cidade e de proteger as conquistas da modernidade. Uma intervenção mais radical encontrava um ambiente propício para ser empreendida e, assim, o governo cria o Campo de Concentração do Alagadiço para receber os retirantes e isolá-los do contato com a cidade, buscando impedir o crime, a mendicância, a prostituição e, principalmente, a propagação das epidemias. Mesmo com o relativo sucesso no combate à varíola, resultado da ação individual do cronista-farmacêutico Rodolfo Teófilo, tudo foi inútil mais uma vez: a população flutuante de 8 mil retirantes esteve sujeita a toda a espécie de infortúnio (a mortalidade era maior no Campo do que fora dele!) e as epidemias grassaram livremente por Fortaleza.

Apesar do fracasso nestes objetivos, o Campo representou uma opção de intervenção baseada em novos e modernos saberes sobre a cidade. Além disso, serviu de experiência para as intervenções futuras, que se basearam mais no planejamento racional do que na perplexidade ou na caridade.

Controle

A experiência de 1915 se somou às ações empreendidas na seca de 1919. Se, na primeira, se tentou concentrar os reti-

rantes depois que chegam à cidade, na segunda a tentativa era de criar obras públicas no interior, evitando o acesso à capital. Mesmo assim, nada muito planejado, tudo feito intuitivamente.

Porém, as tendências básicas do que viria a seguir já estavam delineadas.

De um lado, evitar as migrações. Este ponto, mais do que qualquer outro, fixou as atenções das autoridades e dos órgãos encarregados do "combate às secas". Não era exatamente a miséria ou a fome, mas o deslocamento desses homens pobres o que preocupava (e ainda preocupa) as elites dirigentes. As terras, abandonadas, deixam de produzir, já que, ao lado da cultura de subsistência, os camponeses realizam tarefas nas áreas de agricultura mercantil. As cidades, inchadas, não têm como receber ou assistir esses migrantes; os equipamentos urbanos são insuficientes e logo se deterioram pela excessiva pressão demográfica.

De outro lado, criar instituições especiais para isolar os retirantes. Estes locais pretensamente assépticos, onde a assistência médica e social pudesse ser racionalizada, pretendiam evitar definitivamente o contato da cidade com os migrantes, desafogar os equipamentos urbanos e reduzir a criminalidade urbana e a prostituição.

Ao mesmo tempo, um fato novo vem pressionar as autoridades para que tomem medidas rápidas e radicais: os camponeses começam a exigir medidas de proteção através de saques e outras ações coletivas de ameaças e invasões às cidades, realizadas por multidões. Desde janeiro de 1932, as ações se sucedem, assustando governo e habitantes, fraturando mais ainda o tecido social já ameaçado pela seca.

Claro está que este programa somente poderia ser efetivado pelo Estado, que efetivamente assumiu esta responsabilidade durante a seca de 1932, quando era Ministro da Viação e Obras Públicas o paraibano José Américo de Almeida. As iniciativas individuais não conseguiriam alcançar o grau de complexidade que a questão assume então, além de não se combinarem mais com o regime de racionalização da vida urbana que então se desenvolvia.

Uma situação política diferente orientava essas novas posições. Os governos dos

estados estavam entregues a Interventores (normalmente militares) nomeados pelo Presidente Getúlio Vargas, num momento de suspensão da normalidade constitucional decorrente do movimento denominado de "revolução de 30". Esta centralização política se combinava plenamente com as novas formas de intervenção social.

Desde o início, a seca de 1932 foi entendida como uma "questão nacional", a ser enfrentada através da conjugação dos vários órgãos oficiais ligados à assistência social e pública. Governos federal (Ministério de Viação e Obras Públicas e Inspeção Federal de Obras Contra as Secas-IFOCs) e estadual (Departamento das Secas, criado especialmente para esta seca) se articulam planejadamente, pela primeira vez, para evitar as migrações.

São criados vários campos de concentração, espalhados pelas várias rotas de migração no sentido interior-capital: sul (Crato), centro (Senador Pompeu, Quixeramobim e Cariús) e norte (Ipu). Em Fortaleza, dois pequenos campos foram instalados, com objetivo de encaminhar os migrantes para outros estados (Amazônia ou sul do país) ou devolvê-los de volta ao interior. Esta estratégia, contudo, apesar de sua grandiosidade (foram 90 mil retirantes concentrados), não logrou o sucesso esperado: a partir de 1930, a migração para a capital tornou-a um grande centro populacional sem estrutura básica e com muitas favelas.

Uma nova preocupação se incorporava à tendência do isolamento dos retirantes: a conexão com o trabalho em obras públicas. O trabalho, neste momento, passa a ser visto em seus aspectos pedagógicos, como um antídoto à criminalidade e à mobilização indesejada, e acompanhará, a partir de então, todos os planos de assistência aos migrantes. Mantê-los em atividade física árdua e mal remunerada, na qual novos saberes técnicos são incorporados, aprofundando a divisão do trabalho, levando até estes camponeses a separação por tarefas e a obediência cega aos chefes, era uma preocupação que se esboça neste momento.

Esta nova visão sobre as migrações dos camponeses pobres durante as secas, todavia, manteve-se como princípio básico nas ações governamentais. A partir de então,

as migrações tornaram-se um problema específico a ser resolvido pelo Estado, que buscará racionalizar sua atuação para permitir uma redução no impacto migratório sobre as cidades, buscando desesperadamente "fixar o homem no campo". Esta expressão, aliás, constará de todos os planos e programas criados por técnicos e políticos até hoje.

Uma questão, porém, permanecia nebulosa: como articular eficientemente estes órgãos governamentais para que a racionalidade técnica dos planejadores e especialistas se combinasse com os interesses políticos dominantes. Após esta primeira descoberta do planejamento (os efeitos pedagógicos do trabalho sistemático), esta dúvida permanecia e se transformou abruptamente, na década de 50, numa crise política aguda que envolveu setores importantes das classes dirigentes nordestinas.

Se, na década de 40, a seca (leia-se: a migração) pôde ser controlada razoavelmente com a criação de apenas um campo em Fortaleza, que encaminhava os migrantes diretamente para a Amazônia, a explosão política da década seguinte agravou o quadro social a ser "resolvido".

De um lado, a divulgação dos crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial ficaram associados à própria idéia de "campo de concentração", fazendo com que o isolamento dos retirantes fosse amenizado, pelo menos ao nível da ideologia. De outro lado, uma crescente onda de ações da multidão (saqueando, ameaçando ou invadindo) se combinava às experiências organizadas pelas Ligas Camponesas.

No Ceará, as Ligas não obtiveram a repercussão que conseguiram alcançar em outros estados, como Pernambuco e Paraíba, mas as invasões das cidades se multiplicaram, com multidões compostas por centenas e, às vezes, milhares de camponeses famintos ocupando as cidades e assaltando feiras e mercados, obrigando as autoridades a estabelecerem uma negociação sem palavras, atendendo às reivindicações de "trabalho, alimento e roupas" escritas pelas ações violentas de pobres analfabetos, que assim transgrediam as regras estabelecidas pelo paternalismo. As populações das cidades aprenderam dolo-

rosamente a temer qualquer concentração de pobres retirantes, ou "flagelados", restando na memória eventos que parecem romper com a ordem das coisas. O medo se estabelece e passa a ser um componente importante nas atitudes de retirantes, autoridades e habitantes daí por diante.

O ambiente de tensão política, durante a década de 50, inclusive devido também à presença de militantes do Partido Comunista espalhados pelo interior, leva as autoridades a um aprofundamento da intervenção sobre as migrações, sempre com o objetivo de "fixar o homem no campo". Frentes de trabalho são criadas junto à acampamentos organizados pelos órgãos do Estado (espécies de campos de concentração "abertos", aos quais os retirantes igualmente denominavam de "currais") por todo o Ceará.

Todavia, as críticas de favorecimento político são freqüentes. O alistamento é direcionado para simpatizantes do partido no governo e é ritualizado: torna-se um grande acontecimento, com a presença de prefeitos e outras autoridades e com a distribuição de alimentos em locais públicos, onde os discursos e a longa espera se combinam para reforçar o valor da dádiva. Milhares de camponeses são alistados em obras de qualidade sempre duvidosa, nas quais mais vale o controle sobre as migrações e sobre as sedições do que a utilidade do equipamento construído (desde então, os açudes erguidos pelas frentes de trabalho são chamados de açudes "sonrisal", pois se desfazem logo com as primeiras chuvas).

A distribuição de alimentos, de fato, é realizada conforme as ações da multidão. A eficiência destas ações pode ser medida pelo mapeamento dessa distribuição, seguindo o roteiro das cidades invadidas e dos mercados saqueados. Os responsáveis pelas ações de assistência, perdidos em seu pragmatismo de última hora, respondem às necessidades na medida em que os acontecimentos se sucedem.

As pressões, por outro lado, vêm de várias fontes, mas principalmente dos próprios retirantes. Os sindicatos de trabalhadores rurais que se formam neste momento, sob orientação da Igreja Católica ou do Partido Comunista, constituem uma nova linha de frente a favor de uma ação conti-

nua de combate aos efeitos das secas: trabalho remunerado para todos os afetados, distribuição permanente de alimentos, roupas e remédios, assistência médica, etc. Um certo Congresso de Flagelados é organizado em Fortaleza, com a participação de 400 delegados tirados nos próprios campos de trabalho, com apoio dos comunistas e seu órgão de divulgação, o jornal "O Democrata", reforçando estas reivindicações emergenciais.

Ao mesmo tempo, a luta pela Reforma Agrária, que se espalha por todo o país neste momento, encontra uma justificativa concreta, imediata e visível com a permanência secular dos efeitos da seca, que começa a ser entendida, afinal, como um fenômeno social relacionado à concentração de terras e de recursos hídricos.

De modo geral, os planos de assistência aos retirantes ainda são setorizados e ficam à mercê das flutuações políticas. Os especialistas (economistas, principalmente) passam a exigir uma atuação mais técnica, que ultrapasse as exigências do momento, a fim de evitar muitos dos efeitos perniciosos das secas (leia-se: das migrações).

Disciplina

Os conflitos da década de 50 trouxeram novas exigências para o planejamento. O terreno das lutas políticas, ampliado pela presença dos camponeses pobres, não podia mais ser desconsiderado pelos órgãos de assistência aos retirantes. Mas essa resposta só poderia vir do campo da ciência e da técnica, na tentativa de despolitizar as lutas sociais e transformá-las em eventos isolados, respostas a situações de um "desequilíbrio estrutural" que pode ser restabelecido através da intervenção neutra e cientificamente planejada dos especialistas. De fato, os conflitos da década de 50 traziam a exigência de um planejamento centralizado, científico, que desse conta da totalidade das demandas econômicas e sociais entrelaçadas ao fenômeno das secas periódicas. E criou-se a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)...

Os textos que precederam e prepararam a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, sob a inspi-



Foto: Arquivo CEM

ração do economista Celso Furtado, traziam mais uma vez a preocupação com as migrações. Uma das linhas de atuação deste órgão deveria programar e reorientar as migrações para áreas de "vazio demográfico", como o Maranhão ou a Amazônia, desafogando a pressão demográfica sobre as grandes cidades do nordeste e do sul do país. É certo, porém, que o plano inicial continha indicações precisas para a necessidade de uma refor-

ma agrária sintonizada com as "reformas de base" pregadas pelo populismo desenvolvimentista.

Os recursos para a assistência aos migrantes saíram da rota governo federal-governo estadual para serem concentrados na SUDENE, que, planejadamente, iria distribuí-los entre as "áreas críticas". Não é estranho, portanto, constatar que os representantes das elites nordestinas no Congresso Nacional foram os principais ad-

versários do projeto de criação da SUDENE, temerosos diante de um novo órgão que estivesse fora do controle político.

A definição destas tais "áreas críticas", desde o início, foi um problema sério, porque o que definia a calamidade e a conseqüente necessidade de recursos não era simplesmente a falta de chuvas, mas a agitação social e a mobilidade das massas camponesas. As "áreas críticas" eram os locais abandonados pelos migrantes ou invadidos pelas multidões. A crise, na verdade, se definia pela ausência da mão-de-obra ou pela sua tendência à sedição.

Este fato, longe de ser simplesmente uma questão técnica do planejamento, colocou em crise, mais uma vez, a concepção "hidráulica" ainda predominante nos planos de "combate às secas". Não basta construir açudes ou barragens, isto é, acumular água para os períodos de seca; mas o problema central é: a quem serve a água acumulada?

Na seca de 1970, a SUDENE já havia sido "capturada" pelas elites regionais e seu raio de atuação foi reduzido. Sua ação, mais uma vez, se resumia a tentar evitar as migrações através de obras públicas no interior controladas pelos políticos locais em forma de "frentes de serviço", ou seja: mais uma vez, "fixar o homem no campo". Todavia, as frentes já não eram meras reedições dos campos de concentração. Uma disciplina rigorosa passa a ser introduzida, com o intuito de obter a adesão dos camponeses a um projeto racionalizador das atividades produtivas. A obediência cega aos "feitores" e aos engenheiros, a imposição de rígidos horários (segundo o tempo linear dos relógios e não o tempo cíclico das atividades rurais) e de regras austeras de trabalho, aliadas a uma ampla e complexa divisão das tarefas, preparavam o terreno para uma agricultura de larga escala, em que não haveria mais lugar para a reivindicação de garantia da "segurança alimentar" que os camponeses "tradicionais" trazem continuamente com suas ações.

O processo de concentração de terras através das secas seguiu o seu curso, sem que os técnicos da SUDENE conseguissem sequer diminuir o número de migrantes. Por outro lado, apesar das frentes pretenderem evitar a presença dos pobres nas

idades, como pedintes ou como saqueadores, a resposta dos camponeses foi o redirecionamento de suas ações coletivas: ao invés das feiras e mercados públicos, os alvos da multidão passaram a ser os armazéns e depósitos do próprio governo, os quais tinham a função de estocar alimentos para serem distribuídos entre os próprios retirantes em grandes rituais de glorificação do paternalismo.

A seca de 1979-83, uma das mais graves de todo o século, assistiu a uma explosão das ações da multidão, que, assim, negociava "através da arruaça" com governo e autoridades locais as suas exigências: alimentos, vagas nas frentes, pagamento das diárias, aumento de salários, etc.

A multiplicação de planos durante estes cinco anos de seca demonstra a hesitação dos planejadores. Numa desesperada tentativa, os recursos são alocados nos próprios municípios "críticos", com a distribuição de alimentos e de alistamentos nas frentes de trabalho sendo feita nas próprias áreas rurais, para que a migração morra na raiz. A SUDENE coloca nas mãos de prefeitos e governadores a responsabilidade de gerenciar os recursos. Objetivando, mais uma vez, evitar as migrações, é no município que os programas devem ser implementados para "atender" os camponeses com sua economia de subsistência desestruturada. A intenção é realizar esta assistência o mais próximo possível dos locais de moradia desses camponeses, para que eles sequer saiam de seu município em busca de alimentos e outras necessidades básicas. Isso torna vantajoso, para os prefeitos, a definição de seus municípios como "áreas críticas", para que possam manipular as verbas "a fundo perdido" da SUDENE. As invasões da multidão são, assim, utilizadas por estes prefeitos como argumentos; uma indústria da crise se forma nas pequenas cidades.

A intenção, mais uma vez, não corresponde à realidade. A migração dos camponeses, durante este período, alcançou números alarmantes, assim como os saques e as invasões. Os pobres, com suas ações, demonstravam a falência desta política de combater os efeitos da seca sem tocar nos pontos essenciais. As migrações e suas conseqüências (carência de mão-de-

obra, formação de multidões sediciosas, inchaço das cidades, etc) continuavam a concentrar as atenções dos homens responsáveis pela elaboração das políticas de assistência.

Ao mesmo tempo, buscando disciplinar os homens pobres do campo, as frentes cada vez mais incorporam um padrão moderno de trabalho, inteiramente oposto àquele experimentado pelo camponês, com sua família, em seu pedaço de terra. O tratamento dispensado pelos "feitores" aos camponeses nas frentes torna-se mais rigoroso, provocando novos conflitos. Inúmeros são os motivos para punições, multas e desligamentos. De fato, pode-se destacar esta disciplinarização realizada nas frentes apenas como uma intenção, e não como uma operação efetiva. Porém, o retorno é impossível, já que a experiência dos camponeses submetidos ao trabalho nas frentes é intensa, apesar de dolorosa. Muitas das técnicas de trabalho implantadas nas frentes são absorvidas por estes camponeses; mas o ponto mais importante, mais uma vez, não é técnico: o que técnicos e autoridades querem ver incorporadas ao imaginário destes homens pobres é a noção moralizante do trabalho, é a busca incessante da mais alta produtividade e é, enfim, o desejo de produzir e consumir sempre mais.

As críticas permanentes de vários setores da sociedade faz com que haja mudanças na característica das obras efetuadas pelas frentes. Cada vez mais, cobra-se uma utilidade prática que ultrapasse a mera função de ocupar e fixar os retirantes sem terras. Contudo, são as grandes propriedades que passam a ser valorizadas pelo trabalho quase grátis das frentes. A um preço baixíssimo, benfeitorias são realizadas nestas fazendas, as quais, além disso, aumentam de tamanho com a compra das terras dos migrantes miseráveis, enquanto que uma estrutura de suporte e prevenção para os períodos de chuvas irregulares é novamente deixada de lado. A idéia de que o crescimento econômico traria como sua conseqüência "natural" o desenvolvimento social continuava predominando nos planos, ao mesmo tempo em que era contestada pela realidade dos conflitos sociais. As críticas continuam.

Neste momento (1982), a crise toma

conta do sertão nordestino e torna-se impossível, portanto, manter a seca como um "problema regional". A miséria camponesa assume um lugar privilegiado na mídia e torna-se mercadoria televisiva. Uma grande mobilização nacional em favor dos retirantes é organizada, coincidindo com o fim do período de seca. Os recursos pretendidos pelas autoridades, afinal, chegam e uma ampla campanha de distribuição de alimentos se realiza, repetindo os mesmos rituais já mencionados, pretendendo também fazer com que os migrantes retornem aos seus postos de trabalho, numa perspectiva de retorno das atividades produtivas com a chegada das chuvas. Tudo volta ao "normal"...

Perspectivas

As políticas implementadas para o "combate às secas", especialmente no estado do Ceará, têm sido dirigidas para impedir os deslocamentos dos camponeses desalojados pela desorganização de suas estruturas de sobrevivência. Na verdade, portanto, trata-se de um "combate às migrações".

É importante ressaltar que estas estruturas de sobrevivência se constituem de economias de subsistência extremamente frágeis, sem qualquer capacidade de acumulação ou reprodução ampliada, que não resistem a qualquer alteração nas condições climáticas. Elas objetivam obter uma "segurança alimentar" que, pelo menos, sustente o camponês e sua família em situação de extrema pobreza. Estas estruturas não foram alteradas e ainda predominam no sertão.

As alterações que se efetuam nestas estruturas acontecem por um efeito de "contato" dos camponeses com o mundo da produção moderna, baseada na divisão de tarefas e na obediência técnica; um momento privilegiado deste "contato" é a incorporação às frentes de serviço durante as secas. O assalariamento, outra herança das frentes, igualmente confere uma ilusão de consumo de mercadorias que o camponês, normalmente, não compartilha. Os conflitos decorrentes deste "contato" são evidentes e colocam em crise não só as estruturas de sobrevivência, mas a própria família camponesa. Depois destas novas

experiências, o retirante prefere migrar para onde pode participar desta comunidade de consumidores, mesmo que imaginariamente; se retorna a suas terras (que, na maioria dos casos, nem são suas), se estabelece um conflito psicossocial que o faz, muitas vezes, preferir migrar novamente, mesmo em tempo de chuvas regulares.

Por outro lado, as tentativas de evitar a formação das multidões que crescem com os deslocamentos dos camponeses para as cidades em busca de assistência tampouco são bem sucedidas. A utilização política dos alistamentos e da distribuição de alimentos, além de insuficientes, se somam aos conflitos provocados pelas novas rotinas de trabalho nas frentes de serviço, gerando novas fontes para a revolta. Ao mesmo tempo, a acumulação dos alimentos nos armazéns estatais, resultado da intervenção do Estado na assistência à pobreza, reduz as barreiras ideológicas para os saques, fazendo com que a multidão se forme com mais facilidade e aumentando o número de cidades invadidas.

Depois deste período, as autoridades têm procurado descentralizar o atendimento aos camponeses afetados pelas secas através da negociação com as entidades organizadas, incorporando reivindicações antigas, principalmente no que diz respeito ao trabalho nas frentes. De um lado, as frentes passam a ser organizadas segundo regras de trabalho mais adequadas à estrutura camponesa e, de outro lado, as obras passam a ser dirigidas para áreas públicas e para a construção de equipamentos permanentes, na tentativa de neutralizar a escassez de água durante as secas.

Como se vê, a fragilidade estrutural da economia camponesa continua a ser relegada por estas "novas" políticas, que se pretendem "mudancistas", mas que continuam sendo apenas "anti-migratórias". Uma reforma agrária em larga escala e uma política de democratização dos estoques de água permanecem fora da agenda política e ainda estão ausentes dos projetos oficiais, que continuam paquidermicamente presos aos limites da jurássica "solução hidráulica". O resultado, para quem quer ver, continua visível: em 1992-3 o número de invasões, ameaças e saques é proporcionalmente superior aos períodos

anteriores de seca, mesmo da grande seca de 1979-83. Os camponeses reagem a uma política que apenas destrói sua economia de subsistência, sem colocar uma outra estrutura que seja política e economicamente equilibrada em seu lugar; utilizam-se da arma política que já conhecem e em que confiam - a multidão. É uma cultura "tradicional e rebelde" que não aceita ser engolida pelos grandes planos de uma agricultura mercantilizada que autoritariamente rompe os costumeiros laços comunitários camponeses, sob uma justificativa técnica que idolatra uma duvidosa noção de progresso.

* Frederico de Castro Neves é Professor do Deptº de História da Universidade Federal do Ceará e doutorando em História Social na UFF.

NOTA

1 - Diz-se que o próprio Imperador D. Pedro II declarou que venderia até as jóias da Coroa para que os retirantes da seca não mais passassem fome.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. (1994) "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste." *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco zero, vol. 14, nº 28, pp. 111-120.
- ALMEIDA, Ministro José Américo de. (1933) *O Ministério da Viação no Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Oficinas dos Correios e Telegraphos, julho.
- CARVALHO, Inaiá M.M. (1987) *O Nordeste e o Regime Autoritário*. São Paulo: Hucitec/SUDENE.
- NEVES, Frederico de Castro. (1995) "Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 29, pp. 93-122.
- NEVES, Frederico de Castro. (1994) *Imagens do Nordeste. A construção da memória regional*. Fortaleza: SECULT-CE.
- NEVES, Frederico de Castro. (1993) "As Multidões sob Controle: as frentes de trabalho no Nordeste." *Revista Travessia*. São Paulo: CEM, nº 16, maio, pp. 27-29.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1985) *Elegia para uma Re(II)gião*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PONTE, Sebastião Rogério. (1993) *Fortaleza Belle Époque*. Fortaleza: FDR/Multigraf.
- SCHWARTZ, Alf. (1990) "Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa." *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, vol. 2 nº 1, pp. 75-114.
- SOBRINHO, Tomaz Pompeu. (1982) *História das Secas (século XX)*. 2ª ed. Mossoró: Ed. Mossoroense.
- TEÓFILO, Rodolfo. (1980) *A Seca de 1915*. 2ª ed. Fortaleza: Ed. UFC.
- THEOPHILO, Rodolpho. (1922) *História da Seca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa.